

Defender a Escola Pública é lutar pelo futuro

A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade.

Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, e o seu futuro, tão claramente postos em causa.

É certo que os dois partidos que sustentam o atual Governo nunca esconderam a sua predileção pelo ensino privado. Um deles – o CDS/PP – ainda agora se regozija de ter votado contra a Constituição e, pode dizê-lo também, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo, para se referirem apenas as leis que enquadram as formas de organização do nosso sistema educativo.

Os motivos foram (são) óbvios: não viram aí contemplado o espaço do ensino privado em condições de igualdade com o previsto para o ensino público.

Só que, PSD e CDS-PP entenderam que é agora o momento certo para imporem aos portugueses o consumo do ensino privado.

Momento certo porquê? Porque se enquadra numa violenta ofensiva contra os serviços públicos, todos, debilitando-os primeiro e desmantelando-os de seguida, no cumprimento escrupuloso da agenda neoliberal que os nossos governantes desenvolvem. Assim sendo, claro que a Educação não poderia ficar de fora!

Propõem-se alargar o financiamento do ensino privado com dinheiro público (na senda do cheque-ensino que o CDS viu recusada em 1986, aquando da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo) e engrossam a prosa com a hipócrita expressão da “liberdade de escolha”, designação usada sem originalidade para encobrir os piores desígnios neoliberais.

Entendamo-nos: esses partidos, e o Governo, que digam aos portugueses em que lei encontram a obrigação de o Estado garantir a todos os cidadãos o acesso à escola privada.

Em contrapartida, é fácil mostrar-lhes as leis onde está plasmado que *“compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (nº 1, do artigo 37º, da Lei 46/86)* ou, noutra formulação, *“O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (nº 1, do artigo 75º, da Constituição da República)*.

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma Escola Pública de elevada qualidade para todos, em vez de usar dinheiros públicos para financiar de igual forma ofertas públicas e privadas numa lógica de mercado.

Restarão dúvidas? Só, talvez, da parte de quem não estiver de boa fé, e a esses há que dizer-lhes que as tentativas que encetam são ilegais e claramente inconstitucionais!

Em democracia não vale tudo, e as leis são para se cumprir, por todos e a começar pelo Governo.

A FENPROF apela aos professores, e a toda a população, para que unam esforços, se mobilizem, tornem pública a sua indignação por mais este gravíssimo ataque à Escola Pública, o rechacem e assumam a inequívoca defesa da Educação no nosso país.

